

O pulo
do gato

Fernando Sobral

A nacionalização

Os governos actuais têm apenas ao seu dispor, como os médicos de Luís XIV, dois remédios: a purga ou a sangria. A purga é a nacionalização, para limpar o sangue financeiro de toxinas. A sangria é fechar os olhos enquanto o paciente se esvai até perecer por falta de liquidez. No caso do BPN, o Governo, e bem, optou pela purga. E ela tem um nome: nacionalização. O PSD, pela voz de um político inteligente, Paulo Rangel, ficou incomodado: a “nacionalização” preferia uma expressão mais inócua como “intervenção” ou “aquisição”, para que os seus ouvidos educados não ficassem a arder com uma palavra tão proletária. A implosão do capitalismo financeiro causa problemas semânticos. O problema de Paulo Rangel é tomar como seu o desconforto que quem defendeu o mínimo de Estado e o máximo de “laissez-faire” e está agora com um problema ideológico por resolver. Hoje muitos políticos da direita europeia, como Berlusconi ou Sarkozy, têm a mesma linguagem estatística da esquerda. Politicamente a crise fez com que as pessoas compreendessem que as instituições estatais são importantes. Mesmo quando estão distraídas por militância, como o Banco de Portugal. A nacionalização é um tiro do Couraçado Potemkine no PSD. Como é que agora pedirá o fim da CGD (como alguns dos seus militantes mais liberais) ou menos Estado (como alguns órfãos da Escola de Chicago)? Um novo equilíbrio entre o Estado e a iniciativa privada, base da democracia de mercado, irá nascer. E o PSD tem de se preparar ideologicamente para isso.



Miguel Cadilhe | Ex-ministro das Finanças acusa Governo de ter “criado ou agravado os problemas no seio” do grupo SLN.

NACIONALIZAÇÃO DO BPN

Cadilhe culpa Governo e banco central pelo caos

Filipe Paiva Cardoso
filipecardoso@mediafin.pt

A “radical nacionalização” do Banco Português de Negócios (BPN) está assente numa “falha de Estado”, fruto da “grave e demorada falha de supervisão” que “durante anos” deixou a instituição chegar à situação actual, acusou Miguel Cadilhe, presidente do grupo, que rotulou de “política” a nacionalização. “A nosso ver, o Governo quis, preferiu, optou, não se viu obrigado”.

Em conferência de imprensa, sublinhou não entender as razões que levaram o Governo a “tomar conta” do BPN, até porque “é uma entorse (...) quando refere que não foi possível concretizar os aumentos de capital privado”, operações que “estavam programadas”, mas em que uma das tranches “foi adiada por razões de incerteza quanto à deliberação do Governo sobre a nossa proposta estrutural”. E acrescenta: “nenhum accionista aceitaria injectar capital a 31 de

Outubro para vê-lo nacionalizado a 2 de Novembro”. A administração do banco “entendia, e entende, que se podia regenerar o BPN”.

Cadilhe comunicou que não irá ficar à frente do BPN. “Fico até a nacionalização estar consumada e depois coloco o lugar à disposição”. O responsável não duvida, aliás, de que “a nacionalização vai exigir muito mais capital público do que exigiria a nossa proposta”, que era o Estado ficar com acções preferenciais do BPN sem voto no valor de 600 mi-

lhões e que seriam remuneradas. Com a opção tomada, “o Governo veio criar ou agravar problemas no seio do grupo SLN”, criticou ainda, questionando Teixeira dos Santos sobre se “ponderou devidamente” no facto de apenas um terço dos 6.500 empregados da SLN estar afecto ao BPN – a nacionalização cobre apenas o banco. Sobre os trabalhadores e negócios não incluídos na operação, Cadilhe apontou ao **Negócios**, já após a conferência, que “vê com grandes dificuldades” o futuro destes, ainda que passando uma mensagem positiva: “Claro que sim [têm futuro]”. Miguel Cadilhe acusou o Governo de omitir e mentir na proposta de nacionalização que enviou à Assembleia. “Não é verdade” que foram as inspecções do banco central a detectar as imparidades [não contabilização de perdas]. Segundo Cadilhe, foi “omitido” que tal foi descoberto pelas auditorias externas ordenadas por si.

Finanças
estranha
proposta

➔ “O ministro das Finanças mostra-se até surpreendido que uma proposta tão onerosa para os contribuintes tenha sido feita por um anterior titular da pasta”. Foi assim que Teixeira dos Santos reagiu, depois de Miguel Cadilhe, presidente da SLN e do BPN, ter criticado a decisão do Governo de nacionalizar o banco. O ministro das Finanças disse que o pedido de 600 milhões de euros feito por Cadilhe era impossível e que o BPN se encontrava, “há alguns meses, insolvente”. Esta situação do banco “e as suas perspectivas de evolução eram tais, que a possibilidade do Estado recuperar aquele montante eram diminutas, impondo assim aos contribuintes um custo inaceitável”, sublinhou Teixeira dos Santos numa nota à imprensa.

Constâncio
já conhecia
problemas
no BPN

➔ O Banco de Portugal reagiu de pronto às acusações de Miguel Cadilhe, referindo que já conhecia as “principais irregularidades existentes no BPN (...) antes do início de funções do Conselho de Administração presidido pelo Dr. Miguel Cadilhe”, ao contrário do que o ex-ministro referiu na sua conferência de imprensa (ver texto ao lado). Em comunicado a instituição liderada por Vítor Constâncio lembrou que já tinha “instaurado vários processos de contra-ordenação” ainda antes de Cadilhe tomar as rédeas do BPN e que, “no início de Junho de 2008, determinou a apresentação de contas consolidadas com inclusão de entidades anteriormente omitidas, devidamente certificadas por entidade externa habilitada”. Sobre a auditoria pedida por Miguel Cadilhe, o Banco de Portugal referiu que concordou “explicitamente com a entidade seleccionada para a realização dessa auditoria”.



Pare, clique e informe-se

www.pwcinforesco.pt
A fiscalidade online